

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA

*Inventário do Fundo Geral do Erário Régio.*  
*Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa, 1977;*  
XXIII + 182 págs. e 6 extra-textos. Ed. do autor.

Mais uma valiosa obra acaba de ser editada nos prelos portugueses, que muito interessa ao Brasil — e, nomeadamente, aos que se consagram à pesquisa na área da História da Educação brasileira.

A autora, Alzira Teixeira Leite Moreira, que atualmente dirige, como Primeiro-Bibliotecário Arquivista, o Arquivo do Tribunal de Contas, em Lisboa, empreendeu em boa hora a organização deste Inventário, facultando ao historiador seguro instrumento de trabalho sobre um acervo documental de valor inestimável. E fê-lo, segundo ela própria, logo no prólogo, nos adverte “obedecendo aos ditames da Arquivística moderna que considera os arquivos não meros cemitérios de documentos, mas agências de informação ativas e dinâmicas ao serviço da História e por consequência dos interesses culturais da Nação”. Para tanto, elaborou um trabalho cuja finalidade precípua é a de ser útil aos investigadores: pela inteligente sistematização das matérias em 11 capítulos, cujos desdobramentos, em itens esclarecedores, logo indicam a natureza das espécies inventariadas, e, também, pela cuidada e minuciosa organização do índice onomástico, geográfico e ideográfico que, em muito, facilita a rápida e eficaz consulta de elementos. Basta ao estudioso brasileiro, para lhe abrir a curiosidade de espírito, folhear a tábua de matérias: “Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro” (Cap. VI), “Contadoria Geral ... do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Bahia” (Cap. VII), “Contadoria Geral do Rio e Bahia” (Cap. VIII), etc, pois desde logo anteverá o alcance duma investigação de resultados promissores.

Com efeito, o Arquivo do Tribunal de Contas é hoje o depositário de coleções de documentos da maior importância para o estudo da história (sobretudo da história financeira e económica) de Portugal e do Brasil durante a segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX, constituindo seu núcleo principal aquele de que ora foi organizado o inventário — o Fundo Geral do Erário Régio.

Evidentemente, este vastíssimo fundo, que inclui 5.321 livros ou códices de documentação, não permanecia desconhecido do historiador português (veja-se, por ex., de Virgínia Rau “Arquivos de Portugal. Lisboa” in *Actas do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Washington, 1950; Id., *A Casa dos Contos*, Coimbra, 1920), mas o seu acesso encontrava-se bastante dificultado pela falta de índices convenientemente organizados.

Uma anterior compilação, criteriosamente elaborada, já dera ao pesquisador precioso coadjuvório, relativamente a outros núcleos deste Arquivo, que Luís Bivar Guerra, então seu diretor, publicou — o *Catálogo do Tribunal de Contas* (Lisboa, Tribunal de Contas, 1950), que incluía os seguintes fundos: Casa dos Contos (abrangendo mss. de 1630 a 1770), Cartas de padrão, de tenças, mercês, doações, escrituras e alvarás (dos séculos XVI a XIX) e, finalmente, a Junta da Inconfidência, cuja documentação o autor estudou e editou — a qual, diga-se desde já, apresenta

aspectos do maior interesse para a história da atuação da Companhia de Jesus no Brasil.

A mero título de ilustração sobre os abundantes mananciais que as espécies inventariadas do Fundo Geral do Erário Régio encerram, e agora se oferecem ao investigador da História do Brasil, apontam-se alguns códices, escolhidos a esmo (indicaremos em primeiro lugar as cotas): 4218 — 4221 “Livro de registro de ordens expedidas para a Baía, 1776 — 1827”, 4 vols.; 4223 — 4224 “Livro de registro de cartas e ordens expedidas pela Contadoria da Baía, 1764 — 1804”, 2 vols.; 4225 “Índice Geral das Ordens régias expedidas pelas Secretarias de Estado, Erário Régio e Tribunais dos Conselhos da Fazenda, Ultramar e Mesa da Consciência à Provedoria e Junta da Arrecadação e Administração da Fazenda Real da Baía, para bem da mesma Administração, desde o estabelecimento da Provedoria Mór extinta até o presente ano de 1773”, 1 vol.; 4233 — 4236 “Livro das ordens, cartas régias e provisões expedidas para Pernambuco, 1760 — 1822”, 4 vols.; 4243 — 4245 “Livros de registro de ordens, provisões e cartas expedidas para a Capitania do Pará, Maranhão e Piauí, 1767 — 1823”; 3 vols.; 4246 — 4247 “Livro de registro das provisões e cartas régias expedidas para a Capitania do Maranhão, 1779 — 1823”, 2 vols.; 4343 — 4344 “Livros Mestre da Contadoria Geral do Rio e Baía, 1824 — 1828”, 2 vols.; 4346 — 4347 “Borradores do Diário da Contadoria Geral do Rio e Baía, 1824 — 1828”, 2 vols.; 4357 “Livro de registro de ofícios, portarias provisões e avisos expedidos pela Contadoria do Rio e Baía, 1827 — 1832”, 1 vol.; 5322 “Livro de ordens e provisões expedidas para o Rio de Janeiro, Ilhas de S. Tomé e Príncipe e Minas Gerais, 1769 — 1784”, 1 vol.

O autêntico maná que representa este fundo documental, para uma rigorosa averiguação das efetivas condições financeiras do Brasil nos séculos XVIII e XIX parece-nos evidente: — os móveis autênticos da iniciativa privada e pública, expressos na complexa trama das situações econômicas, o dinamismo da atividade empresarial e relações estabelecidas no campo do trabalho, e suas repercussões sociais são algumas facetas, entre muitas outras, que poderão ficar melhor esclarecidas, mediante a consulta sistemática da documentação disponível.

Para finalizar, não poderíamos omitir uma referência, ainda que breve, à importância deste fundo para a História da Educação brasileira. Sendo conhecido o papel relevante que desempenharam, na orgânica pedagógica brasileira do último quartel do século XVIII e princípios do século XIX, o Subsídio Literário, e, no que toca à censura intelectual da circulação de idéias e de livros, a Real Mesa Censória, será suficiente mencionar as cotas de alguns volumes que lhes respeitam: 3850 — 3904 “Livro de assentamento de ordenados do Presidente, Deputados e oficiais da Junta da Administração e Arrecadação do Subsídio Literário, (...) Professores Régios e Substitutos de Filosofia Racional, Retórica, Língua Grega, Gramática Latina e Desenho e Professores e Mestres de Lisboa, comarcas do Reino e Domínios Ultramarinos pagos pelo Cofre do Subsídio Literário, 1773 — 1801”, 55 vols. (no “Cofre do Subsídio Literário” incluem-se 225 vols.); 3939 — 3940 “Livros de registro de decretos e avisos de Sua Majestade expedidos à Junta do Subsídio Literário, 1772 — 1833”, 2 vols.; 838 “Livro Mestre da Real Mesa Censória, 1776 — 1794”, 1 vol.

De interesse verdadeiramente surpreendente pelos informes que presta sobre a rede escolar de ensino numa região brasileira, provimento de professores, registros biográficos destes e suas reivindicações, são, por exemplo, 4230 — 4332, os “Livros de registro de informações (prestadas ao Tesoureiro Mór do Erário D. Rodrigo de Sousa Coutinho acerca dos requerimentos dos professores de Pernambuco pelo bispo da mesma diocese), 1803”, 3 vols.; por estes relatórios, de tal modo objetivos, minuciosos e esclarecedores, poder-se-á reconstituir, quer nos parecer, em novos moldes, a vida pedagógica e cultural pernambucana.

Em suma, pelo que brevemente fica apontado, um indispensável instrumento de trabalho para o estudioso da história brasileira deste período.

F. GAMA CAEIRO